

O Papel da Empatia na Guerra Irregular

Major John Bauer, Exército dos EUA

A PUBLICAÇÃO CONJUNTA 3-0, *Joint Operations* (Operações Conjuntas), acrescentou “comedimento”, “perseverança” e “legitimidade” aos nove princípios de guerra reconhecidos como doutrina desde 1949.¹ Dos três termos acrescentados, legitimidade é o mais importante para a guerra irregular. O Manual de Campanha *FM 3-24, Counterinsurgency* (Contra-insurgência), observa: “O poder político é o principal problema nas insurgências e contra-insurgências; todos os lados querem fazer com que as pessoas aceitem seu governo ou autoridade como legítimos”.² O *FM 3-24* usa a palavra “legitimidade” 83 vezes e afirma: “A legitimidade é o principal objetivo [da contra-insurgência]”.³ Para a contra-insurgência e no contexto mais amplo da guerra irregular, a questão central é como ganhar e manter a legitimidade.



QUADRO: “O bom samaritano”, de Vincent Willem van Gogh, 1890.

Legitimidade e Guerra Irregular

Para entender a legitimidade, é preciso examinar seu oposto, a ilegitimidade. Uma das principais causas da ilegitimidade de um governo é a predominância da opressão e da injustiça. Por isso, líderes de insurgências que tiveram sucesso no passado exploraram as injustiças para ganhar o apoio popular. Mao Tsé Tung, por exemplo, líder dos comunistas chineses durante a Guerra Civil Chinesa, afirma: “As operações de guerrilha... são o resultado inevitável do conflito

entre o opressor e o oprimido, quando este último atinge os limites da sua tolerância”.⁴ Mao admoestava seus revolucionários a manterem a confiança do povo e dizia aos seus guerrilheiros que havia três regras de guerra:

- todas as ações são sujeitas ao comando
- não roubar do povo
- não ser egoísta nem injusto.⁵

Basta olhar para os líderes de insurgências bem-sucedidas do século passado para ver

O major John Bauer, do Exército dos Estados Unidos, é estrategista do Comando de Operações Especiais na Coreia. É formado pela Academia Militar dos Estados Unidos e tem dois mestrados em Ciências e Arte Militar pela Escola de

Comando e Estado-Maior no Forte Leavenworth, Kansas. Formou-se pela Escola de Estudos Militares Avançados e serviu várias vezes nas unidades de Operações Especiais no Afeganistão e nas Filipinas.

como a legitimidade foi importante para o seu êxito. Ho Chi Minh evocou a Declaração de Independência dos Estados Unidos e os “Direitos do Homem” da Revolução Francesa ao declarar a independência do Vietnã da França, em 1945. Observou: “Por mais de 80 anos, os imperialistas franceses, abusando do padrão de liberdade, igualdade e fraternidade, violaram a nossa Terra-mãe e oprimiram os nossos cidadãos. Agiram de forma contrária aos ideais de humanidade e justiça”.⁶

A Publicação Conjunta 3-0 aponta para a característica fundamental da legitimidade: “A legitimidade baseia-se na legalidade, na moralidade e na retidão das medidas tomadas”.⁷ Se a moralidade e a retidão das ações são a base da legitimidade, entender o ponto de vista dos povos é decisivo para uma concepção e planejamento operacional acertados para a guerra irregular. De acordo com a doutrina de contrainsurgência, o ponto de partida mais adequado é entender o ambiente operacional, incluindo seu povo e os fenômenos sociais e culturais.⁸ O Manual de Campanha *FM 3-0* hoje também reconhece esse ponto, e acrescentou recentemente o “entendimento” como o primeiro elemento do comando em combate.⁹

Como Operacionalizar a Empatia

A empatia pode ser um atributo vital para os soldados envolvidos nas operações de contrainsurgência. Como a legitimidade depende de “moralidade e retidão”, ter um princípio normativo moral ajuda a fazer a ponte entre a doutrina e sua implementação. Apenas afirmar a importância do “entendimento” não garante que se vá alcançá-lo. O entendimento é incompleto a menos que considere plenamente as percepções do outro, o que exige uma projeção empática. Só se atinge um entendimento verdadeiro do *outro*, o alter ego, incorporando-se a totalidade do que é “*dado como certo*” pela outra pessoa. Esses imperativos são inerentes à chamada Regra de Ouro.

Apesar de geralmente associada à ética cristã, a Regra de Ouro é na verdade anterior ao cristianismo e originou-se no Ocidente, entre

as culturas grega e romana.¹⁰ Era conhecida por praticamente toda a Antiguidade grega e romana e também por Heródoto e Antifonte, o Sofista, no século V a.C.¹¹ No século IV a.C., a Regra de Ouro era parte das *endoxa* de Aristóteles, ou voz corrente de Atenas.¹² Da Grécia, espalhou-se por todas as culturas que foram a base do mundo ocidental. Enquanto isso, no Oriente, os chineses tinham

...a Regra de Ouro é na verdade anterior ao cristianismo e originou-se no Ocidente, entre as culturas grega e romana.

elaborado a sua própria versão dessa regra de reciprocidade como parte do confucionismo ortodoxo.

Paul Ricoeur examina a Regra de Ouro pelo prisma da filosofia e a considera superior ao imperativo categórico de Immanuel Kant por causa da sua dimensão antropológica de solicitude ou cuidado.¹³ A máxima de Kant (os seres humanos devem sempre ser tratados como fins e nunca como meios) não chega a exigir que se considere plenamente a perspectiva do outro. A Regra de Ouro (“Trate os outros como gostaria de ser tratado”) é uma melhor fórmula moral porque acrescenta uma exigência de empatia implícita.¹⁴ Ricoeur argumenta que a Regra de Ouro “representa a fórmula mais simples que pode servir como transição entre a solicitude e o segundo imperativo de Kant”.¹⁵ Para Ricoeur, o que a regra possui que falta na fórmula de Kant, é uma “intuição de alteridade genuína”.¹⁶

Empatia na Doutrina do Exército

A doutrina do Exército reconhece a empatia como uma ferramenta para se alcançar a legitimidade. O Manual de Campanha *FM 6-22, Army Leadership* (Liderança do Exército), define a empatia como “a

capacidade de ver algo do ponto da vista de outra pessoa, identificar-se com as emoções e sentimentos da outra pessoa e sentir-se dentro dela”.¹⁷ Quanto à empatia e à legitimidade, o Manual de Campanha afirma que a empatia é útil para conquistar o apoio da população: “Dentro do ambiente operacional mais amplo, a empatia do líder pode ser útil ao lidar com populações locais e prisioneiros de guerra. Fornecer à população local de uma área de operações o que é necessário para viver muitas vezes transforma uma postura inicial hostil em uma atitude de colaboração”.¹⁸ Por isso, a disposição de uma determinada população em relação à “colaboração” está estreitamente ligada à empatia. Contudo, para ter uma empatia verdadeira, os membros das Forças Armadas devem primeiro aceitar os habitantes locais como seres humanos com um nível de dignidade igual ao seu.

A empatia é necessária para se obter um entendimento verdadeiro sobre o ambiente

operacional. O pensamento empático permite que os comandantes saibam como agir de uma forma que seja aceitável moral e socialmente. Na guerra irregular, ações “corretas” são pragmáticas porque criam legitimidade e evitam a injustiça. Quando derivadas de um entendimento autêntico sobre o povo, as ações universalmente vistas como “corretas” podem ganhar a confiança dos que estão sendo governados e resultar em legitimidade. Por isso, uma única regra serve como uma orientação útil para se construir a legitimidade: “Trate a população do modo como você gostaria de ser tratado”. Outra fórmula muitas vezes considerada até superior a essa seria: “Não trate a população de um modo como você não gostaria de ser tratado”.

Se a legitimidade é o princípio supremo da guerra irregular, e se um entendimento verdadeiro da população civil é a base para obtê-la, o sucesso na concepção operacional e no planejamento militar para a guerra irregular depende da reflexão empática.**MR**

REFERÊNCIAS

1. U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE (DOD), Joint Publication (JP) 3-0, *Joint Operations* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office [GPO], 2008), Appendix A e U.S. Army Field Manual (FM) 3-0, *Operations* (Washington, DC: GPO, 2008), Appendix A..
2. FM 3-24, *Counterinsurgency* (Washington, DC: GPO, 2006), 1-1.
3. FM 3-24, 1-21.
4. MAO TSE-TUNG, *On Guerrilla Warfare*, 2ª. ed. Tradução de Samuel B. Griffin II (Baltimore, MD: The Nautical & Aviation Publishing Company of America, 1992), p. 69.
5. *Ibid.*, 112.
6. HO CHI MINH, “Declaração de Independência da República Democrática do Vietnã” em *Ho Chi Minh, On Revolution: Selected Writings, 1920-66*, ed. Bernard B. Fall (New York: Frederick A. Praeger, Publishers, 1967), 143.
7. JP 3-0, *Joint Operations*, A-4 (2008)
8. FM 3-24, 3-3.
9. FM 3-0, *Operations*, 2008, figura 5-1.
10. VON BALTHASAR, Hans Urs, “Where Does Fidelity Dwell?” *Communio* (Inverno de 2007): 500.
11. *Ibid.*
12. RICOEUR, Paul. *The Just*, tradução de David Pellauer (Illinois: University of Chicago Press, 2000), p. 53.
13. Consulte RICOEUR, 56. Para o segundo imperativo kantiano, consulte KANT, Immanuel. *Fundamental Principles of the Metaphysic of Morals*, tradução de T.K. Abbott (Buffalo, NY: Prometheus Books, 1987), p. 58.
14. RICOEUR, 53. A Regra de Ouro está contida na Bíblia Cristã (consulte Lucas 6:31 e Mateus 7:12).
15. RICOEUR, Paul. *Oneself as Another*, tradução de Kathleen Blamey (IL: University of Chicago Press, 1992), p. 222.
16. *Ibid.*, 225.
17. FM 6-22, *Army Leadership* (Washington, DC: GPO, 2006), 4-9.
18. *Ibid.*, 4-10.